



CADERNO DE QUESTÕES
XXXIV

2º Simulado - 1ª Fase OAB de Bolso



www.oabdebolso.com

QUESTÃO 1

Xena dos Santos é uma advogada negra que pretende concorrer a Eleições da OAB em uma das chapas candidatas e, em decorrência das recentes alterações de 2020 em relação ao percentual de composição das chapas, está na dúvida de como deva ocorrer esta divisão. Ajude a esclarecer a dúvida de Xena.

- a) As chapas deverão ser compostas em 50% por mulheres e ocorrerá a aplicação de cota racial de 30% nas eleições.
- b) As chapas deverão ser compostas em 30% por mulheres e ocorrerá a aplicação de cota racial de 50% nas eleições.
- c) As chapas deverão ser compostas em 50% por mulheres e ocorrerá a aplicação de cota racial de 50% nas eleições.
- d) As chapas deverão ser compostas em 30% por mulheres e ocorrerá a aplicação de cota racial de 30% nas eleições.

QUESTÃO 2

Em certa situação, a advogada Elaine, inscrita na OAB, foi ofendida em razão do exercício profissional durante a realização de uma audiência judicial. O ocorrido foi amplamente divulgado na mídia, assumindo grande notoriedade e revelando, de modo urgente, a necessidade de desagravo público.

Considerando que o desagravo será promovido pelo Conselho competente, seja pelo órgão com atribuição ou pela Diretoria ad referendum, assinale a afirmativa correta.

- a) A atuação se dará apenas mediante provocação, a pedido da ofendida ou de qualquer outra pessoa. É condição para concessão do desagravo a solicitação de informações à pessoa ou autoridade apontada como ofensora.
- b) A atuação se dará de ofício ou mediante pedido, o qual deverá ser formulado pela ofendida, seu representante legal ou advogado inscrito na OAB. É condição para concessão do desagravo a solicitação de informações à pessoa ou autoridade apontada como ofensora.
- c) A atuação se dará de ofício ou mediante provocação, seja da ofendida ou de qualquer outra pessoa. Não é condição para concessão do desagravo a solicitação de informações à pessoa ou autoridade apontada como ofensora.
- d) A atuação se dará de ofício ou mediante pedido, o qual deverá ser formulado pela ofendida, seu representante legal ou advogado inscrito na OAB. Não é condição para concessão do desagravo a solicitação de informações à pessoa ou autoridade apontada como ofensora.

QUESTÃO 3

O advogado Lenison, conhecido pelas soluções criativas para resolver os problemas dos seus clientes, aduz, como tese defensiva, em ação de despejo por falta de pagamento, que a norma que autoriza tal desocupação forçada seria inconstitucional, pois caberia ao Estado fornecer habitação gratuita ou a preços módicos aos necessitados e, em caso de impossibilidade financeira, custear a moradia, pagando ao locador os valores devidos, a título de aluguel social. Essa defesa foi considerada como contrária à disposição de lei que determina, como consequência do não pagamento dos alugueres, o despejo por falta de pagamento. Em razão disso, foi proferida sentença determinando a desocupação do imóvel e condenando o cliente do advogado Lenison ao pagamento dos alugueres devidos, bem como as demais verbas decorrentes da sucumbência.

Além disso, determinou o magistrado a expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil para abertura de processo disciplinar. Consoante as regras do Estatuto da Advocacia, assinale a afirmativa correta.

- a) O fato de advogar contra literal disposição de lei sem exceções, não constitui infração disciplinar.
- b) A alegação de inconstitucionalidade descaracteriza a infração disciplinar invocada.
- c) A infração disciplinar não está prevista no sistema por caracterizar delito de hermenêutica.
- d) A referida infração somente pode ser considerada quando causar prejuízo ao cliente, o que não foi o caso.

QUESTÃO 4

Os sócios de certa sociedade de advogados divergiram intensamente quanto à solução de questões relativas a conduta disciplinar, relação com clientes e honorários. Em razão disso, passaram a pesquisar quais as atribuições do Tribunal de Ética e Disciplina, do Conselho Seccional da OAB respectivo, que poderiam ajudar a solver suas dificuldades.

Considerando o caso narrado, bem como os limites de competência do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional, previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Não compete ao Tribunal de Ética e Disciplina responder a consultas realizadas em tese por provocação dos advogados, atuando apenas diante de situações concretas.
- b) Compete ao Tribunal de Ética e Disciplina atuar como um conciliador em pendências concretas relativas à partilha de honorários entre advogados contratados conjuntamente.
- c) Não compete ao Tribunal de Ética e Disciplina ministrar cursos destinados a solver dúvidas usuais dos advogados no que se refere à conduta ética que deles é esperada.
- d) Compete ao Tribunal de Ética e Disciplina coordenar as ações do Conselho Seccional respectivo e dos demais Conselhos Seccionais, com o objetivo de reduzir a ocorrência das infrações disciplinares mais frequentes.

QUESTÃO 5

Nos termos das normas do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o Estágio Profissional de Advocacia é requisito para inscrição no quadro de estagiários da OAB, sendo correto afirmar:

- a) É ministrado pela Seccional da OAB sem intervenção de entidade de ensino superior.
- b) Pode ser ofertado por instituição de ensino superior em convênio com a OAB.
- c) Deve ter carga horária mínima de 360 horas distribuídas em dois anos de atividade.
- d) Pode ocorrer a complementação de carga horária em escritórios sem credenciamento junto à OAB.

QUESTÃO 6

Mariza, advogada, responde a processo disciplinar perante certo Conselho Seccional da OAB, em razão da suposta prática de infração disciplinar que, se comprovada, poderá sujeitá-la à sanção de exclusão. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- a) O processo disciplinar instaurado em face de Mariza tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade competente.
- b) O processo disciplinar instaurado em face de Mariza é público, sendo facultado o acesso aos autos a qualquer advogado regularmente inscrito, para exercício do controle externo.
- c) O processo disciplinar instaurado em face de Mariza é, em regra, público, sendo facultado o acesso aos autos a qualquer cidadão. Porém, excepcionalmente, pode ser decretado o sigilo, a critério da autoridade processante, quando justificada a necessidade de preservação do direito à intimidade.
- d) O processo disciplinar instaurado em face de Mariza tramita, em regra, em sigilo, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade competente. Torna-se, porém, público, se o Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho decidir suspender Mariza preventivamente.

QUESTÃO 7

O advogado Everton alterou o endereço de seu escritório e, para comunicar tal alteração, enviou correspondência a grande número de pessoas, notadamente, seus clientes e outros advogados. Observadas as regras do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB/2015, Everton realizou publicidade irregular?

- a) Sim. Considera-se imoderado qualquer anúncio profissional mediante remessa de correspondência a uma coletividade.
- b) Sim. Ao advogado é vedado o envio de correspondência a clientes, salvo para tratar de temas que sejam de interesse desses últimos.
- c) Não. Everton poderia ter enviado a correspondência em questão, pois estava apenas comunicando a alteração de seu endereço.
- d) Não. A publicidade por meio de correspondência é permitida em qualquer caso e para comunicar qualquer tipo de informação.

QUESTÃO 8

O Tribunal de Ética e Disciplina de certo Conselho Seccional da OAB decidiu pela suspensão preventiva do advogado Albino, acusado em processo disciplinar. Albino, todavia, interpôs o recurso cabível contra tal decisão.

Considerando as regras sobre os recursos em processos que tramitam perante a OAB, bem como a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) Em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB têm efeito suspensivo. Assim, no caso narrado, o recurso interposto por Albino será dotado do aludido efeito.
- b) Em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB não têm efeito suspensivo. Todavia, nesse caso, excepcionalmente, pode ser atribuído o efeito, se demonstrada a probabilidade de provimento ou se, sendo relevante a fundamentação, o recorrente indicar risco de dano grave ou de difícil reparação.
- c) Em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB têm efeito suspensivo. Todavia, o recurso manejado por Albino se inclui em hipótese excepcional, na qual é vedado o efeito suspensivo.
- d) Em regra, os recursos em processos que tramitam perante a OAB não têm efeito suspensivo, não sendo permitida a concessão de tal efeito por decisão da autoridade julgadora. Assim, no caso narrado, o recurso interposto por Albino não será dotado de efeito suspensivo.

QUESTÃO 9

Quanto à justiça, Aristóteles a diferencia em dois espaços: o ético e o legal. Na esfera ética, o meio-termo é a justa medida para se chegar à virtude da justiça. É a compreensão de que o ato humano não pode pecar nem pelo excesso nem pela falta. Para ser corajoso, por exemplo, é preciso evitar os extremos da temeridade e da covardia. A coragem constitui uma virtude porque se localiza no meio-termo dos extremos. A esfera jurídico-política compreende, pois, duas formas de justiça. Diante do exposto, assina aquela que opera no âmbito da desigualdade social.

- a) justiça corretiva
- b) justiça comutativa
- c) justiça distributiva
- d) justiça sinalagmática

QUESTÃO 10

Kelsen critica, por um lado, as posições que postulavam a vinculação de dependência do direito ao Estado, como se o direito não pudesse ser pensado sem a força fática do Estado; e, por outro lado, as posições que pensavam o direito condicionado a concepções ético-políticas. Kelsen quer pensar o Estado normativamente, ou seja, sustentando que a feitura do Estado e as suas ações são decorrentes de uma norma jurídica objetivamente válida. Para isso, Kelsen defende a separação entre direito e moral. Tal filósofo objetivou extirpar do Direito toda influência psicológica, sociológica e religiosa. Diante do exposto, isto se traduz exatamente:

- a) na tridimensionalidade do direito.
- b) no culturalismo jurídico.
- c) no positivismo jurídico.
- d) no jusnaturalismo.

QUESTÃO 11

A respeito da distribuição de competências adotada pela Constituição brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) A competência material da União pode ser delegada aos Estados, por lei complementar.
- b) À União compete legislar sobre direito processual e normas gerais de procedimentos em matéria processual.
- c) A competência para legislar sobre direito urbanístico é privativa dos Municípios, pois é matéria de interesse local.
- d) A competência para legislar sobre defesa dos recursos naturais é privativa da União, pois é matéria de interesse nacional.

QUESTÃO 12

Numerosas decisões judiciais, contrariando portarias de órgãos ambientais e de comércio exterior, concederam autorização para que sociedades empresárias pudessem importar pneus usados. Diante disso, o Presidente da República ingressa com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), sustentando que tais decisões judiciais autorizativas da importação de pneus usados teriam afrontado preceito fundamental, representado pelo direito à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A partir do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A ADPF não se presta para impugnar decisões judiciais, pois seu objeto está adstrito às leis ou a atos normativos federais e estaduais de caráter geral e abstrato, assim entendidos aqueles provenientes do Poder Legislativo em sua função legislativa.
- b) A ADPF tem por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público, ainda que de efeitos concretos ou singulares; logo, pode impugnar decisões judiciais que violem preceitos fundamentais da Constituição, desde que observada a subsidiariedade no seu uso.
- c) Embora as decisões judiciais possam ser impugnadas por ADPF, a alegada violação do direito à saúde e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado não se insere no conceito de preceito fundamental, conforme rol taxativo constante na Lei Federal nº 9.882/99.
- d) A ADPF não pode ser admitida, pois o Presidente da República, na qualidade de chefe do Poder Executivo, não detém legitimidade ativa para suscitar a inconstitucionalidade de ato proferido por membros do Poder Judiciário, sob pena de vulneração ao princípio da separação dos poderes.

QUESTÃO 13

O Município Jampa, visando à interligação de duas importantes zonas da cidade, após o regular procedimento licitatório, efetua a contratação de uma concessionária que ficaria responsável pela construção e administração da via.

Ocorre que, em análise do projeto básico do empreendimento, constatou-se que a rodovia passaria em área de preservação ambiental e ensejaria graves danos ao ecossistema local. Com isso, antes mesmo de se iniciarem as obras, Rubemar, cidadão brasileiro e vereador no exercício do mandato no Município Jampa, constitui advogado e ingressa com Ação Popular postulando a anulação da concessão.

Com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) A Ação Popular proposta por Rubemar não se revela adequada ao fim de impedir a obra potencialmente lesiva ao meio ambiente.
- b) A atuação de Rubemar, na qualidade de cidadão, é subsidiária, sendo necessária a demonstração de inércia por parte do Ministério Público.
- c) A ação popular, ao lado dos demais instrumentos de tutela coletiva, é adequada à anulação de atos lesivos ao meio ambiente, mas Rubemar não precisaria constituir advogado para ajuizá-la.
- d) Caso Rubemar desista da Ação Popular, o Ministério Público ou qualquer cidadão que esteja no gozo de seus direitos políticos poderá prosseguir com a demanda.

QUESTÃO 14

José Maria, no ano de 2016, foi eleito para exercer o seu primeiro mandato como Prefeito da Cidade Delta, situada no Estado Alfa. Nesse mesmo ano, a filha mais jovem de José Maria, Janaína (22 anos), elegeu-se vereadora e já se organiza para um segundo mandato como vereadora.

Rosária (26 anos), a outra filha de José Maria, animada com o sucesso da irmã mais nova e com a popularidade do pai, que pretende concorrer à reeleição, faz planos para ingressar na política, disputando uma das cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado Alfa.

Diante desse quadro, a família contrata um advogado para orientá-la. Após analisar a situação, seguindo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o advogado afirma que:

- a) As filhas não poderão concorrer aos cargos almejados, a menos que José Maria desista de concorrer à reeleição para o cargo de chefe do Poder Executivo do Município Delta.
- b) Rosária pode se candidatar ao cargo de deputada estadual, mas Janaína não poderá se reeleger ao cargo de vereadora em Delta, pois seu pai ocupa o cargo de chefe do Poder Executivo do referido município.
- c) As candidaturas de Janaína, para reeleição ao cargo de vereadora, e de Rosária, para o cargo de deputada estadual, não encontram obstáculo no fato de José Maria ser prefeito de Delta.
- d) Janaína pode se reeleger ao cargo de vereadora, mas sua irmã Rosária não poderá se candidatar ao cargo de deputada estadual, tendo em vista o fato de seu pai exercer a chefia do Poder Executivo do município.

QUESTÃO 15

Valéria Valença, servidora pública, teve deferida a sua aposentadoria no ano de 2017. No ano citado, foi comunicado por sua repartição de origem que o Tribunal de Contas do Estado detectou ilegalidades no cálculo dos seus proventos e tomou a decisão de que deveriam ser reduzidos. Valéria, surpresa com o processo de aposentadoria, que era desconhecido por ela, solicita a orientação de você, como advogado(a). Conforme os dados oferecidos e a sistemática constitucional, você responde que o Tribunal de Contas do Estado:

- a) Atuou de forma correta, pois o Tribunal de Contas deve cumprir o prazo decadencial de cinco anos para apreciar o ato inicial de aposentadoria e não precisa observar o contraditório e a ampla defesa.
- b) Atuou de forma correta, visto que, o Tribunal de contas deve cumprir prazo decadencial de cinco anos para apreciar o ato inicial de aposentadoria, devendo observar o contraditório e a ampla defesa.
- c) Não atuou de forma correta, visto que, o Tribunal de Contas deveria se limitar a emitir parecer sobre a matéria, devolvendo o processo de aposentadoria ao poder executivo.
- d) Não atuou de forma correta, visto que, o tribunal de contas por força do princípio da separação dos poderes, não deverá apreciar o ato inicial de aposentadoria.

QUESTÃO 16

“M” vem desrespeitando o zoneamento estipulado pelo Município X em seu plano diretor, uma vez que mantém, com nítido caráter de especulação, terreno não utilizado em área residencial. Assinale a alternativa que indica medida que o Município X pode tomar para que “M” utilize adequadamente seu terreno.

- a) Desapropriar o terreno, sem que haja pagamento de indenização.
- b) Desapropriar o terreno, mediante pagamento de indenização justa, prévia e em dinheiro.
- c) Determinar edificação compulsória naquele terreno.
- d) Instituir multa administrativa no patamar de até 100% do valor no IPTU do imóvel.

QUESTÃO 17

O Presidente da República, cumprido todos os pressupostos constitucionais exigíveis, decreta estado de defesa no Estado membro Alfa, que foi atingido por calamidades naturais de grandes proporções, o que causou tumulto e invasões a supermercados, farmácias e outros estabelecimentos, com atingimento à ordem pública e à paz social. Mesmo após o prazo inicial de 30 dias ter sido prorrogado por igual período (mais 30 dias), ainda restava evidente a ineficácia das medidas tomadas no decorrer do citado estado de defesa.

Sem saber como proceder, a Presidência da República recorre ao seu corpo de assessoramento jurídico que, de acordo com a CRFB/88, informa que:

- a) Será possível, cumpridas as exigências formais, uma nova prorrogação de, no máximo, 30 dias do estado de defesa.
- b) Será possível, cumpridas as exigências formais, prorrogar o estado de defesa até que seja a crise completamente debelada.
- c) Será possível, cumpridas as exigências formais, decretar o estado de sítio, já que vedada nova prorrogação do estado de defesa.
- d) Será obrigatoriamente decretada a intervenção federal no Estado Alfa, que possibilita a utilização de meios de ação mais contundentes do que os previstos no estado de defesa.

QUESTÃO 18

O Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (Protocolo de San Salvador) estabelece que se determinados direitos forem violados por ação que pode ser atribuída diretamente a um Estado-Parte neste Protocolo, essa situação pode ensejar, mediante a participação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, quando for cabível, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à aplicação do sistema de petições individuais.

Assinale a alternativa que se refere a tais direitos.

- a) Direito à educação e direito à previdência social.
- b) Direito à saúde e direito sindical (exceto greve).
- c) Direito à alimentação e direito à saúde.
- d) Direito sindical (exceto greve) e direito à educação.

QUESTÃO 19

Todo Estado Parte da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura tomará as medidas necessárias para estabelecer sua jurisdição sobre o delito nesta Convenção, nos seguintes casos, exceto:

- a) quando o suspeito se encontrar no âmbito de sua jurisdição e o Estado o extraditar.
- b) quando a vítima for nacional do Estado Parte de que se trate e este o considerar apropriado.
- c) quando o suspeito for nacional do Estado Parte de que se trate.
- d) quando a tortura houver sido cometida no âmbito de sua jurisdição.

QUESTÃO 20

A cooperação jurídica internacional é tema relevante para o Direito Internacional, pois possibilita um apoio na solução de problemas internacionais, além de ajudar a promover relações amistosas entre os Estados.

Com relação ao Brasil, o tema será regido por tratado de que o país seja parte e observará, dentre outras formalidades:

- a) a publicidade processual, exceto nas hipóteses de sigilo previstas do Estado requerente.
- b) a necessidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.
- c) o respeito às garantias do devido processo legal no Estado requerente.
- d) a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação, função essa exercida pelo Ministério das Relações Exteriores.

QUESTÃO 21

A imunidade de jurisdição é uma limitação direta à soberania estatal, estando regulada pelo Direito Internacional.

Sobre o tema, considere as seguintes afirmativas e assinale aquela que está de acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

- a) O Estado acreditante pode renunciar à imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos, renúncia esta que poderá ser expressa ou tácita, a depender do caso.
- b) É facultado a uma pessoa que goza de imunidade de jurisdição nos termos desta Convenção invocar a imunidade de jurisdição no tocante a uma reconvenção ligada à ação principal.
- c) A renúncia à imunidade de jurisdição referente às ações civis ou administrativas implica renúncia a imunidade quanto as medidas de execução da sentença, não sendo necessária nova renúncia.
- d) O Estado acreditante pode renunciar à imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos e das pessoas que gozam de imunidade, desde que nos termos da Convenção.

QUESTÃO 22

Quando devidamente constituído, o crédito tributário só irá se extinguir nas hipóteses legalmente previstas. Assim, são hipóteses de extinção do crédito tributário, exceto:

- a) a compensação.
- b) a prescrição.
- c) a isenção.
- d) a conversão de depósito em renda.

QUESTÃO 23

Lourival foi demitido da empresa que trabalhava e, no momento da demissão, recebeu, entre outras verbas rescisórias, o valor referente a férias proporcionais e respectivo terço constitucional, bem como, por liberalidade do empregador, em caráter individual a este empregado, um bônus por cada ano de trabalho prestado àquela empresa. Sobre todos esses valores, o departamento de gestão de pessoal da empresa em que laborava reteve o respectivo Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF). Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta quanto a incidência do IRPF nas verbas rescisórias em questão.

- a) Não está correta a incidência do IRPF sobre o valor referente a férias proporcionais e respectivo terço constitucional, já em relação a incidência do IRPF sobre o bônus por cada ano de trabalho prestado àquela empresa, está correta.
- b) Não está correta a incidência do IRPF sobre o valor referente a férias proporcionais e respectivo terço constitucional, nem sobre o bônus por cada ano de trabalho prestado àquela empresa.
- c) Está correta a incidência do IRPF sobre o valor referente a férias proporcionais e respectivo terço constitucional, já em relação a incidência do IRPF sobre o bônus por cada ano de trabalho prestado àquela empresa, não está correta.
- d) Está correta a incidência do IRPF sobre o valor referente a férias proporcionais e respectivo terço constitucional, bem como, sobre o bônus por cada ano de trabalho prestado àquela empresa.

QUESTÃO 24

A grande quantidade de tributos existentes no Brasil e as diferenças que guardam entre si têm obrigado os estudiosos a desenvolver classificações com o objetivo de agrupar os tributos em categorias, impondo certa ordem ao caos reinante na legislação nacional.

Diversos critérios são apresentados pela doutrina especializada com o objetivo de classificar os tributos brasileiros. Assim, um desses critérios se dá quanto à vinculação, classificando os tributos em vinculados e não vinculados.

Assinale a opção que apresenta apenas tributos vinculados.

- a) Empréstimos compulsórios e impostos.
- b) Taxas e contribuição de melhoria.
- c) Impostos e contribuições sociais.
- d) Tributos sobre a renda e taxas.

QUESTÃO 25

Ricardo, contribuinte de determinado tributo, verificou que nos últimos dois anos havia efetuado o pagamento maior que o devido e, sendo assim, deseja pleitear a devolução da quantia paga.

Nesse caso, o direito de Ricardo de pleitear a devolução da quantia paga sem que tenha sido devida

- a) extingue-se com o decurso do prazo de dois anos, contados da decisão administrativa que denegar a restituição.
- b) extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
- c) extingue-se com o decurso do prazo de dois anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
- d) extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados da decisão administrativa que denegar a restituição.

QUESTÃO 26

A Empresa Brasileira de Correios foi autuada pelo Estado "X" por não estar realizando o pagamento do ICMS referente aos serviços de transporte por ela prestados. Na impugnação administrativa do lançamento de ofício realizado, a empresa argumentou que, mesmo estando prestando os serviços em regime de livre concorrência, não estaria obrigada a realizar o recolhimento do tributo.

Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa de Correios não tem razão, pois mesmo sendo empresa pública federal e integrante da Administração Pública, não goza de imunidade tributária.
- b) O Estado "X" tem razão, pois a empresa de Correios não goza de imunidade tributária sobre serviços por ela prestados, mas tão somente quanto a impostos que recaem sobre o seu patrimônio.
- c) A empresa de Correios tem razão, pois é beneficiária da imunidade tributária que também abarca as atividades por ela prestadas ainda que em regime de livre concorrência.
- d) O Estado "X" tem razão, pois a empresa de Correios, não sendo empresa pública estadual, não goza da imunidade tributária que seria conferida apenas a uma empresa pública integrante da Administração Pública estadual.

QUESTÃO 27

Ana e Júlia são servidoras públicas, tendo Júlia se apropriado, indevidamente, de uma máquina de scanner da repartição onde ambas trabalham.

Sobre a hipótese, à luz da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- b) Dependerá de caução eventual recurso administrativo interposto por parte de Júlia.
- c) Ana, na qualidade de interessada, poderá comunicar o ilícito à autoridade competente, sendo lhe imputada, para tanto, a cobrança de despesas processuais.
- d) Júlia tem o direito de fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, em caso contrário, ser-lhe-á nomeado defensor público.

QUESTÃO 28

28) Laura, servidora pública lotada no setor de protocolos de determinado órgão da Administração, se surpreende com a presença de Helena, que havia comparecido ao setor para protocolar alguns documentos. Helena é uma antiga desafeta de Laura, e, por esta razão, a servidora se recusou a prestar-lhe atendimento e a expulsou do órgão.

De acordo com a situação descrita, é correto afirmar que o comportamento da servidora Laura violou diretamente o princípio constitucional da:

- a) impessoalidade.
- b) autotutela.
- c) continuidade.
- d) segurança jurídica.

QUESTÃO 29

O Chefe do Poder Executivo Municipal editou o Decreto "Y" com vistas a regulamentar situação de caráter geral e abstrata. Nesse caso, o ato praticado pelo Prefeito está fundamentado no poder:

- a) disciplinar.
- b) hierárquico.
- c) de polícia administrativa.
- d) normativo.

QUESTÃO 30

Em razão do período eleitoral que se aproxima, a Administração Pública do Estado "X" usará algumas instituições de ensino da rede privada para que a população possa fazer a votação durante as eleições. Desta forma, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, na hipótese descrita, a Administração Pública se valeu da intervenção do Estado na propriedade denominada:

- a) limitação administrativa.
- b) servidão administrativa.
- c) ocupação temporária.
- d) requisição administrativa.

QUESTÃO 31

Após regular processo administrativo, restou comprovado que o funcionário público Josias cometeu ato de improbidade administrativa que resultou em dano ao erário. Contudo, antes que viesse a ressarcir os cofres públicos, como um dos cumprimentos de sua penalidade, o funcionário veio a falecer após sofrer um mal súbito.

Sobre a hipótese, considerando o que dispõe a Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que:

- a) o sucessor de Josias estará sujeito apenas à obrigação de reparar o dano até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- b) o sucessor de Josias ficará sujeito às cominações da Lei até o limite do valor do dano causado.
- c) o sucessor de Josias será obrigado a reparar os danos integralmente, seja qual for o seu valor.
- d) o sucessor de Josias poderá vir a ser condenado a pagar pelos danos, caso o falecido não tenha constituído bens.

QUESTÃO 32

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21) trouxe uma nova modalidade de licitação, qual seja, o diálogo competitivo, na qual o órgão público discutirá, previamente, a melhor solução para determinada demanda pública. Assim, haverá um “diálogo”, antes de ocorrer a competição.

No entanto, estabelece a lei que essa nova modalidade licitatória só pode ser aplicada em algumas situações específicas. Desta forma, assinale a alternativa que, dentre as relacionadas abaixo, apresenta uma dessas situações.

- a) Contratação de objeto que envolva exclusivamente inovação técnica.
- b) Contratação em que a Administração verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para a solução tecnológica mais adequada.
- c) Contratação de objeto que envolva a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.
- d) Contratação em que a Administração verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para a estrutura essencialmente financeira do contrato.

QUESTÃO 33

Além de determinados órgãos e entidades, o SISNAMA é constituído pelas fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

Assim, de acordo com a Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA) somente correspondem aos órgãos que integram esse sistema:

- a) os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- b) os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) os órgãos da União, dos Estados e dos Municípios.
- d) os órgãos da União e dos Estados.

QUESTÃO 34

Um empreendimento que ainda estava em fase de construção, estava causando graves danos ao patrimônio arqueológico de determinado Estado. Ao ter ciência do fato, uma associação de proteção ao patrimônio ambiental, que havia sido constituída há oito meses, ajuizou Ação Civil Pública requerendo a paralisação das obras de construção do empreendimento. Neste caso, é correto afirmar que:

- a) a referida associação não possui legitimidade para propor a Ação Civil Pública, tendo em vista que a defesa de patrimônio arqueológico não está inserida dentro de suas finalidades.
- b) a referida associação possui legitimidade para propor a Ação Civil Pública, pois o requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- c) a referida associação não possui legitimidade para propor a Ação Civil Pública, em razão do seu tempo de pré-constituição. Contudo, poderia propor ação popular com o mesmo fim.
- d) a referida associação possui legitimidade para propor a Ação Civil Pública, independentemente do seu tempo de pré-constituição, pois é uma associação voltada a proteção do meio ambiente.

QUESTÃO 35

35) Caleb, sócio da sociedade Dot7 Tecnologia Ltda., negocia com Bianca, sócia do Hotel Trevo Ltda., a implantação de sistema de Internet sem fio avançado na rede de hotéis, assim como o desenvolvimento de um aplicativo multifuncional. Toda a negociação é realizada via e-mail, após contato inicial em uma feira de startup. Após várias tratativas, no dia 30/12/2021, às 17h00min, Bianca envia, por e-mail, a proposta definitiva de remuneração, com a delimitação dos serviços oferecidos e pagamento de R\$ 500.000,00 por ano de contrato. Caleb, que estava de férias, tomou conhecimento da proposta ao olhar os e-mails em seu telefone celular, enviando o aceite, no dia 31/12/2021, às 02h00min. Bianca, diante disso, faz o depósito imediato, via TED bancária, da primeira anualidade, nas horas iniciais da manhã do dia 31/12/2021.

Passadas as festividades, na tarde do dia 01/01/2020, às 14h00min, Caleb relê seus e-mails e percebe, com mais atenção, que ele havia entendido errado a proposta de remuneração, compreendendo equivocadamente que ocorreria pagamentos mensais de R\$ 500.000,00, ao invés da proposta de remuneração anual. De imediato, Caleb realiza uma ligação para Bianca e pede para ela desconsiderar a aceitação enviada, pois estava arrependido e preferiria estudar melhor a proposta, antecipando desde já que a recusaria naqueles termos. Bianca, então, afirma que diante da comunicação escrita, via eletrônica, considerou o contrato como celebrado, dando início à execução, informando inclusive que já realizou o pagamento. Caleb se prontifica a devolver o depósito. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa que está de acordo com as previsões do Código Civil sobre formação de contratos.

a) O contrato não pode ser considerado como celebrado, pois a comunicação telefônica, um dia após a aceitação, mesmo que em momento posterior ao pagamento da prestação da parte contrária, pode ser considerada como retratação eficaz.

b) O contrato pode ser considerado como celebrado, pois a negociação realizada por e-mail é qualificada como “entre ausentes”, tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, ainda que ela não chegue no prazo convencionado.

c) O contrato pode ser considerado como celebrado, pois a negociação realizada por e-mail é qualificada

como “entre ausentes”, tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida.

d) O contrato não pode ser considerado como celebrado, pois considera-se inexistente a aceitação, se depois dela chegar ao proponente a retratação do aceitante.

QUESTÃO 36

Durante uma discussão, Fernando foi agredido por João. A agressão lhe causou lesões graves, o que, embora não tenha caracterizado dano estético, impediu que ele exercesse sua atividade laboral (motorista de aplicativo) por 1 ano, tendo permanecido internado por 3 meses em hospital particular. Mesmo após a recuperação, Fernando ainda não consegue trabalhar com a eficiência de antes, o que reduziu sua renda mensal. Além disso, necessita de medicação de forma habitual, o que aumentou muito seus gastos e, para agravar sua situação, não há previsão de término do tratamento. Fernando precisa quitar a dívida referente à internação, uma vez que não possui plano de saúde, mas já gastou todas as suas economias.

Desesperado, Fernando procura você, como advogado(a), que o orienta a pleitear judicialmente reparação por danos materiais (valor da dívida com o hospital e os recursos necessários ao tratamento e à compra da medicação habitual) e morais em face de João. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) A indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, poderia incluir pensão, que não poderá ser paga de uma só vez, correspondente à importância do trabalho para o qual o autor se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.
- b) A indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, poderia incluir pensão correspondente à importância do trabalho para o qual o autor se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.
- c) A indenização não poderia incluir pensão correspondente à importância do trabalho para o qual o autor se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu, pois não pode haver cumulação com o ressarcimento pelos lucros cessantes até o fim da convalescença.
- d) A indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, poderia incluir pensão correspondente à importância do trabalho para o qual o autor se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu, o que afasta a necessidade de fixação de danos morais.

QUESTÃO 37

Joana e João foram casados, pelo regime da comunhão parcial de bens, durante 5 anos. Durante o casamento, o casal adquiriu um apartamento, um carro, dois terrenos, e Joana herdou uma casa de praia do seu pai. Além disso, João recebeu o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) advindos de sorteio lotérico e que manteve depositado em conta corrente. Desde o início do casamento, João sempre apresentou comportamento explosivo, e, por diversas ocasiões, agrediu sua esposa de forma verbal e física. Joana vai à delegacia e denuncia João por violência doméstica, o que culminou no divórcio do casal. Diante do caso hipotético apresentado, como se dará a partilha dos bens:

- a) Metade de todos os bens será dividido de forma igualitária entre o casal, em razão do regime da comunhão parcial de bens.
- b) No regime da comunhão parcial de bens, metade dos bens que o casal conquistou durante o casamento é dividido de forma igualitária, inclusive o prêmio de loteria. Entretanto, a casa de praia herdada por Joana deve ser excluída da partilha.
- c) Não haverá partilha de bens em favor de João, em razão da violência doméstica perpetrada contra Joana.
- d) No regime da comunhão parcial de bens, metade dos bens que o casal conquistou durante o casamento é dividido de forma igualitária. Entretanto, a casa de praia herdada por Joana e o prêmio da loteria de João devem ser excluídos da partilha.

QUESTÃO 38

Pedro foi casado durante 30 anos com Rebeka. Como fruto do casamento nasceram Augusto e Kika. Como o casamento não ia bem, o casal optou pelo divórcio. Augusto, filho mais velho do casal, não aceitou a separação e se revoltou contra o pai, culpando-o pela situação. Em uma das discussões com o pai, Augusto se exaltou e o agrediu com socos e pontapés, deixando-o com vários hematomas no corpo. Depois do ocorrido, Pedro decide romper o relacionamento com Augusto e fazer um testamento com o objetivo de deserdá-lo. Diante do caso hipotético apresentado, é correto afirmar que:

- a) Pedro não pode deserdar o filho, pois a ofensa física não é causa de deserdação, mas sim a tentativa de homicídio.
- b) Pedro não pode deserdar o filho, por se tratar de herdeiro necessário.
- c) Pedro pode deserdar o filho, em razão da ofensa física.
- d) Pedro pode deserdar o filho, em razão da ofensa física, mas não por meio de testamento.

QUESTÃO 39

Danila pretendia se divorciar e contrata Alana para prestar serviços de advocacia. Durante o curso do contrato, com várias atividades já realizadas por Alana, Danila toma conhecimento de que ela não era advogada, pois não tinha passado no exame da OAB, e, portanto, não possuía licença para o exercício da profissão. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a opção correta, nos termos do Código Civil.

- a) Alana terá direito a receber a contraprestação financeira pela prestação de serviço já realizada, de forma equiparada a um advogado, desde que seja comprovado que as atividades foram cumpridas de maneira escoreita, sendo irrelevante, no que se refere ao direito à contraprestação, o fato de ela desconhecer a necessidade de especial habilitação para exercer serviços de advocacia.
- b) Alana terá direito a receber uma compensação financeira pela prestação de serviço já realizada, mas não de forma equiparada a um advogado, se comprovar que as atividades foram cumpridas de maneira escoreita, sendo irrelevante, para fins de direito à compensação, o fato de ela desconhecer a necessidade de especial habilitação para exercer serviços de advocacia.
- c) Alana terá direito a receber a contraprestação financeira pela prestação de serviço já realizada, de forma equiparada a um advogado, desde que seja comprovado que as atividades foram cumpridas de maneira escoreita e que ela desconhecia a necessidade de especial habilitação para exercer serviços de advocacia.
- d) Alana não terá direito a receber contraprestação ou compensação financeira pela prestação do serviço de advocacia, independentemente de as atividades terem sido cumpridas de maneira escoreita e de ela ter conhecimento da necessidade de especial habilitação para o exercício de serviços de advocacia.

QUESTÃO 40

Klaus e Isabelly são casados pelo regime da comunhão parcial de bens e possuem uma filha, de nome Yasmin. Ele possui um relacionamento extraconjugal com Francisca, que se estendeu até o momento do seu falecimento. Durante o concubinato, Klaus apresentou Francisca com um automóvel que ele possuía antes do casamento. No dia do enterro, Francisca comparece ao velório e informa a Isabelly e Yasmin sobre o caso extraconjugal de Klaus e da doação recebida por ele. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a opção correta, conforme o Código Civil.

- a) A doação realizada foi perfeita e eficaz, não cabendo questionamento sobre o negócio jurídico, haja vista o regime de bens adotado pelos cônjuges e a natureza do bem doado.
- b) A viúva ou a filha do de cujus poderão mover ação anulatória da doação, no prazo prescricional de dois anos, contados do falecimento de Klaus.
- c) A viúva ou a filha do de cujus poderão mover ação anulatória da doação, no prazo decadencial de dois anos, contados do falecimento de Klaus.
- d) A viúva ou a filha do de cujus poderão mover ação anulatória da doação, no prazo prescricional de dez anos, contados do falecimento de Klaus.

QUESTÃO 41

Janaina firmou contrato com a empresa MV Móveis Planejados Ltda. para fazer todos os móveis da sua cozinha e sala de estar. Foi avençado que o pagamento seria realizado em 2 parcelas, a primeira metade no momento da assinatura do contrato e a outra metade no dia da entrega e instalação dos móveis, que deveria ocorrer no prazo máximo de 4 meses. Janaina pagou a primeira parcela, mas passados os 4 meses pactuados no contrato, a MV Móveis Planejados Ltda. não tinha terminado o serviço. Diante do caso hipotético apresentado, Janaina:

- a) poderá reter o pagamento da importância faltante, até que o serviço seja entregue, e, se cobrada em Juízo, não poderá opor exceções, senão aquelas de natureza processual, porque sua dívida está vencida.
- b) poderá reter o pagamento da importância faltante, até que o serviço seja entregue, e, se cobrada em Juízo, opor exceção substancial prevista em lei.
- c) terá de pagar o valor faltante para exigir judicialmente o cumprimento da obrigação assumida pela contratada, sob cominação de multa diária.
- d) deverá consignar em pagamento o valor faltante, porque o prazo de pagamento de sua dívida está vencido.

QUESTÃO 42

Carlos, pai de Eduardo, muito irritado com o comportamento de seu filho na escola, submete o adolescente a constrangimentos diante de seus amigos. Este ato, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, constitui:

- a) crime com pena de multa.
- b) infração administrativa com pena de suspensão do poder familiar.
- c) crime com pena de detenção.
- d) infração administrativa com pena de multa.

QUESTÃO 43

Malu, adolescente de 15 anos, está grávida do seu terceiro filho e como não possui condições financeiras para criá-lo, decide entregá-lo para a adoção logo após o nascimento. Nesse caso, considerando a norma prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto a ser seguido.

- a) A assistente social da maternidade deverá fazer denúncia ao Ministério Público, caso contrário, incorrerá em crime tipificado no ECA.
- b) Malu deverá ser encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.
- c) Para que Malu possa entregar seu filho para adoção, é necessário antes o consentimento escrito de seus pais, por se tratar de menor de idade.
- d) A assistente social da maternidade deverá solicitar o comparecimento do Conselho Tutelar, o qual deverá encaminhar a adolescente à Justiça.

QUESTÃO 44

Em determinada ação consumerista restou comprovado que a empresa ABC infringiu a lei em detrimento de um grupo de consumidores. Desta feita, considerando as disposições da Lei nº 8.078/90, assinale a opção que apresenta a correta atitude a ser tomada pelo magistrado diante da situação descrita.

- a) Desconsiderar a personalidade jurídica da referida empresa e atribuir responsabilidade subsidiária a empresas consorciadas com a empresa ré.
- b) Desconsiderar a personalidade jurídica da referida empresa e atribuir responsabilidade subsidiária a empresas integrantes do mesmo grupo societário.
- c) Desconsiderar a personalidade jurídica da referida empresa e atribuir responsabilidade solidária a empresas controladas pela empresa ré.
- d) Desconsiderar a personalidade jurídica da referida empresa e atribuir responsabilidade solidária a empresas coligadas à empresa ré, independentemente de culpa a elas atribuída.

QUESTÃO 45

O Código de Defesa do Consumidor adotou a responsabilidade objetiva como regra, entretanto, admitiu causas excludentes da responsabilização do fornecedor pelo fato do produto. Assim, analise as alternativas a seguir e assinale aquela que apresenta corretamente uma dessas hipóteses de exclusão da responsabilidade do fornecedor no CDC.

- a) Quando há culpa concorrente do consumidor ou de terceiro.
- b) Quando o fornecedor não tenha colocado o produto no mercado. Porém, ainda que o haja colocado, prove que o defeito inexistente.
- c) Quando o produto ainda se encontra em fase de teste, tratando-se, desta forma, de amostra grátis.
- d) Quando o fornecedor não tenha colocado o produto no mercado. Mas, ainda que o tenha, prove que a colocação do produto defeituoso se deu contra a sua vontade, em decorrência de caso fortuito ou força maior.

QUESTÃO 46

A Editora Prazer de Ler Ltda. requereu sua recuperação judicial, em 28 de novembro de 2020, tendo o pedido sido distribuído para a 9ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE. A petição inicial foi indeferida, em razão de irregularidades apontadas pelo magistrado. São elas:

- (i) o não cumprimento do prazo mínimo de 5 anos, tendo em vista existência de recuperação judicial anterior, pleiteada em 16/04/2015 e concedida em 24/12/2015.
- (ii) ausência de apresentação da demonstração do resultado desde o último exercício social e das demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2017 e 2018, na documentação que instruiu a inicial.
- iii) a sociedade ter como administrador pessoa condenada por crime contra o patrimônio.

Diante do caso hipotético apresentado, marque a alternativa INCORRETA em relação a decisão que indeferiu a petição inicial.

- a) o prazo de 5 anos para novo pedido de recuperação judicial é contado da data de sua concessão, de modo que é procedente o fundamento invocado pelo magistrado.
- b) o prazo de 5 anos para novo pedido de recuperação judicial é contado da data do pedido, de modo que é improcedente o fundamento invocado pelo magistrado.
- c) procede o argumento quanto a irregularidade da apresentação das demonstrações contábeis pela ausência da demonstração do resultado desde o último exercício social e das demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2017 e 2018, já que são exigidas as demonstrações contábeis dos três últimos exercícios sociais.
- d) improcede o argumento quanto a sociedade ter como administrador pessoa condenada por crime contra o patrimônio, já que o crime tem de ser falimentar.

QUESTÃO 47

A empresária Juliana Ferraz foi interdita por decisão judicial no curso do exercício da empresa, no entanto, foi concedida autorização para seu prosseguimento. A sentença de interdição nomeou como curadora a senhora Aldenice Alcântara, que exerce o cargo de promotora de justiça. Diante do caso hipotético apresentado, a quem caberá a administração da empresa e o uso da nova firma individual?

- a) A administração da empresa e o uso da nova firma individual caberá a assistente da incapaz, senhora Aldenice Alcântara.
- b) A administração da empresa caberá a promotora, curadora de Juliana Ferraz e o uso da nova firma individual caberá ao gerente que vier a ser nomeado pelo juiz
- c) A administração da empresa caberá ao gerente a ser nomeado pelo juiz e o uso da nova firma individual caberá a própria incapaz, Juliana Ferraz.
- d) A administração da empresa e o uso da nova firma individual caberá ao gerente a ser indicado pela curadora e com a aprovação do juiz.

QUESTÃO 48

A sociedade empresária Vende Mais Joalheria Ltda. emitiu nota promissória em favor do Banco Deve Mais S/A no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), endossada para ABC Indústria e Comércio Ltda. Após a prescrição da pretensão à execução do título, o endossatário ajuizou ação monitória em face do subscritor e do endossante no lugar do pagamento, Jaboatão dos Guararapes/PE, para ser ressarcido do valor do título e consectários legais. Ao embargar a monitória, o endossante alegou sua ilegitimidade passiva diante da ocorrência da prescrição da ação cambial e o subscritor alegou que o autor pleiteia valor superior ao devido. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Procede a alegação do endossante de ilegitimidade passiva, pois o credor somente poderá exigir o valor da dívida e consectários legais do subscritor.
- b) O subscritor (réu) deve declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.
- c) A prescrição da ação cambial não desonera o endossante de pagar o valor da dívida e consectários legais, em solidariedade com o subscritor.
- d) Se o subscritor (réu) não apontar o valor correto ou não apresentar o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso.

QUESTÃO 49

Almir, para pagar um serviço que lhe fora prestado, emitiu cheque nominal em favor de Beatriz. Em ato posterior, Beatriz endossou a Carmelo, que endossou para Damaris. Por fim, Edmilson lançou aval no cheque, mas sem indicar quem seria o avalizado. Diante do caso hipotético apresentado, de acordo com a Lei do Cheque (Lei nº 7.357/1985), é correto afirmar que:

- a) o aval é nulo, pois a indicação do avalizado é requisito essencial de validade.
- b) consideram-se avalizados Almir, Beatriz e Carmelo.
- c) considera-se avalizado Almir, somente.
- d) considera-se avalizado Carmelo, somente.

QUESTÃO 50

Pablo desenvolveu uma tesoura para canhotos, cuja nova forma apresenta novidade e atividade inventiva. Inventada, a princípio, apenas para destros, ela foi aperfeiçoada e adaptada também para quem usa a mão esquerda, com excelente melhoria funcional no seu uso. Com a alta procura para industrializarem a tesoura, manifestou interesse em proteger este produto através da propriedade industrial. Diante do caso hipotético apresentado, podemos afirmar que a melhor proteção jurídica para o produto será:

- a) Patente de modelo de utilidade.
- b) Não é patenteável este produto.
- c) Patente de desenho industrial.
- d) Patente de invenção

QUESTÃO 51

Pedro ingressa com ação de despejo em face de Isadora, em razão da falta de pagamento de aluguel que já acumula uma dívida no montante de R\$ 10.000,00. No entanto, Isadora entende que deve apenas R\$ 8.000,00. Nesse contexto, Isadora depositou em juízo os R\$ 8.000,00 para purgar a mora e apresentou contestação em razão do restante do valor. Diante do caso hipotético apresentado, o juiz deve:

- a) determinar a emenda da defesa para que o réu efetue o depósito como consignação em pagamento em reconvenção e após o prosseguimento da demanda para julgamento do mérito.
- b) liberar o valor depositado a favor do autor e decretar o despejo na medida em que é incompatível o oferecimento de contestação com a purgação da mora.
- c) rejeitar o depósito judicial como purgação da mora, liberar o valor a favor do réu e determinar o prosseguimento da demanda para análise do mérito.
- d) liberar o valor depositado a favor do autor e determinar o prosseguimento da demanda para discussão a respeito da diferença.

QUESTÃO 52

Alberto celebrou com o Banco Deve Mais Dinheiro contrato de empréstimo, tendo Manoel, seu irmão, atuado na condição de fiador com solidariedade. Alberto e Manoel, considerando o elevado valor dos reajustes aplicados, ajuizaram ação em face da instituição financeira, questionando os critérios matemáticos utilizados para a atualização da quantia devida. Manoel pleiteou, ainda, a extinção da fiança, sob a alegação de que o réu havia concedido moratória a Alberto, sem o seu consentimento. Na contestação apresentada, o banco opôs-se à extinção da fiança, unicamente sob a alegação de que a responsabilidade dos devedores era solidária. Afirmou, ainda, não ter provas a produzir quanto ao ponto. Quanto ao excesso de cobrança alegado, sustentou estarem certos os valores cobrados e requereu a produção de prova pericial para demonstrar o alegado. Diante do caso hipotético apresentado, o juiz:

- a) deverá primeiro produzir a prova pericial contábil, para assim poder examinar o pedido de extinção da fiança.
- b) poderá decidir parcialmente o mérito, julgando desde logo o pedido de extinção da fiança, já que esse pedido está em condições de imediato julgamento.
- c) poderá decidir parcialmente o mérito, julgando desde logo o pedido de extinção da fiança, decisão que possui natureza jurídica de sentença, portanto, em tese, impugnável por meio de recurso de apelação.
- d) deverá realizar a decisão de saneamento e organização do processo e, somente após a fase instrutória, proferir sentença.

QUESTÃO 53

Em 01/11/2021, Luiza procura orientação jurídica especializada para saber dos seus direitos sobre o imóvel que ocupa, sem oposição, desde 2015. Ao conversar com a advogada Cláudia, Luiza é informada que tem direito de pleitear a usucapião do imóvel, cujo pedido judicial é distribuído em 01/12/2021, acompanhado das certidões de cartórios de registros de imóveis, que efetivamente provam não ser proprietária de outro imóvel. Caleb, inscrito no registro como proprietário do terreno, é regularmente citado e oferece contestação, na qual alega que Luiza deixou de fazer prova da não titularidade de outro imóvel, o que demandaria a anexação de certidões negativas de todos os registros públicos do país. Ao julgar o pedido, o Juízo julga improcedente o pedido de Luiza, corroborando integralmente o entendimento esboçado na contestação por Caleb.

Diante do caso hipotético apresentado, qual a medida processual cabível contra a decisão proferida em desfavor de Luiza?

- a) Agravo de instrumento
- b) Agravo interno
- c) A decisão é irrecurável
- d) Apelação

QUESTÃO 54

David, Arthur e Thiago são os únicos sócios de uma sociedade anônima de capital fechado, com 50%, 25% e 25% das ações, respectivamente. Por entender que a companhia não estava mais preenchendo o seu fim, David ingressa com ação de dissolução parcial de sociedade com apuração de haveres em face de Arthur e Thiago, não incluindo a sociedade no polo passivo da demanda. No final, o pedido é julgado procedente e apurados os haveres no montante de R\$ 10.000.000,00. Diante do caso hipotético apresentado, responda a alternativa correta.

- a) A sociedade somente pode responder pelo débito se, em incidente processual, for obtida a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- b) Apesar de não incluída no polo passivo a sociedade sofre os efeitos da decisão e da autoridade da coisa julgada.
- c) O processo deve ser declarado nulo, pois a sociedade deve obrigatoriamente ser incluída no polo passivo.
- d) A sentença é válida, mas ineficaz em relação à sociedade.

QUESTÃO 55

Janaina, completamente apaixonada pelo seu namorado Alfredo, com quem divide sua residência há anos, descobre que está grávida deste. Ao dar a notícia a Alfredo, este avisa que não assumirá o filho. Janaina, desesperada, consulta você, como advogado(a), que afirma seu direito à percepção de alimentos durante a gestação. Na sequência, Alfredo e Janaina celebram um acordo extrajudicial, por escrito, para o pagamento de R\$ 800,00 mensais, a tal título. No entanto, o acordo não é cumprido. Diante do caso hipotético apresentado

- a) É possível a execução de alimentos por título extrajudicial, mas não é possível a prisão de Alfredo, ainda que se trate de débitos alimentares atuais, pois a prisão civil por dívida é vedada pelo nosso ordenamento jurídico.
- b) É possível a execução de alimentos por título extrajudicial, mas não é possível a prisão de Alfredo, pois o Código de Processo Civil exige o inadimplemento cumulativo das três parcelas imediatamente anteriores à propositura da execução para justificar a prisão civil do alimentante inadimplente.
- c) É possível a execução de alimentos por título extrajudicial, bem como é possível a prisão de Alfredo, pois esta é aplicável se o executado não pagar a dívida.
- d) É possível a execução de alimentos por título extrajudicial, não podendo o exequente optar pelo procedimento padrão para execução de quantia certa. Ademais, é possível a prisão de Alfredo, pois esta é aplicável se o executado não pagar a dívida.

QUESTÃO 56

Aelson ingressou com ação de obrigação de fazer cumulada com tutela provisória de urgência em face do plano de saúde MedUnidos, objetivando o fornecimento de medicamentos muito caros e que não eram fornecidos pelo SUS. A tutela provisória foi deferida pelo juiz e, na sentença, a mesma foi confirmada, tendo o juiz julgado procedente o pedido, condenando o plano de saúde a prestar o medicamento pleiteado pelo autor, mas não houve estipulação de multa para o caso de inadimplemento do plano de saúde. O réu apelou, mas o processo ainda não foi encaminhado para o Tribunal. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta, quanto ao cumprimento provisório da sentença quanto à obrigação de fazer:

- a) é possível, bem como é possível ao juiz, nesta fase, de ofício ou mediante requerimento do interessado, fixar multa pelo descumprimento, que também será passível de execução provisória, mas cujo levantamento fica condicionado ao trânsito em julgado.
- b) é possível, bem como é possível ao juiz, nesta fase, de ofício ou mediante requerimento do interessado, fixar multa pelo descumprimento, que também será passível de execução provisória e de levantamento imediato do valor da multa.
- c) é possível, bem como é possível ao juiz, nesta fase, exclusivamente por meio de requerimento do interessado, fixar multa pelo descumprimento da obrigação.
- d) é possível, mas não é possível nesta fase a fixação de multa pelo descumprimento da obrigação, o que deveria ter sido acertado na fase cognitiva.

QUESTÃO 57

A e B celebraram um acordo, que não foi cumprido pela parte devedora. Em razão disso, o credor ajuizou uma ação judicial, com o objetivo de condenar o devedor a pagar o que lhe era devido. O réu contestou a demanda e após a fase instrutória, o juiz acolheu o pedido do autor, julgando-o procedente. Além do pagamento da obrigação contratual, o réu foi condenado a pagar juros moratórios, correção monetária e honorários advocatícios sucumbenciais, itens que não constaram no pedido da petição inicial. Diante do caso hipotético apresentado, a sentença proferida foi:

- a) nula, por ultra petita;
- b) nula, por extra petita;
- c) nula, por citra petita;
- d) válida;

QUESTÃO 58

Em uma pequena cidade do interior de Pernambuco, uma virose se espalha entre as crianças e adolescentes locais, gerando diversos casos de jovens com febre, vômitos e infecções. Como era uma cidade de difícil acesso e inexistia profissionais de medicina no local, os pais dessas crianças e adolescentes procuram Júlio, 25 anos, estudante de enfermagem, para ajudá-los. Verificando urgência da situação, Júlio, que sempre gostou de ler livros sobre medicina, realiza o atendimento e indica os remédios e os tratamentos que deveriam ser realizados, sem cobrar qualquer valor. As crianças e adolescentes ficaram curados após o atendimento “médico” de Júlio e, em razão disso, passaram a ser constantes os atendimentos por ele realizados em casos urgentes, com perigo atual à vida e à saúde das pessoas da cidade, mas que não tinham qualquer vínculo com a virose anterior.

Descobertos os fatos e verificado que foram realizados 20 atendimentos diferentes ao longo de um ano, o Ministério Público denunciou Júlio como incurso nas sanções penais do Art. 282 do Código Penal, por 20 vezes, em continuidade delitiva. Diante do caso hipotético apresentado, Júlio poderá ser absolvido?

- a) Não, a conduta de Júlio é típica, configurando o crime de exercício ilegal da medicina, já que realizou, com habitualidade, ao longo de um ano, atendimentos médicos sem autorização para exercer a profissão.
- b) Sim, em razão da atuação em situação de estado de necessidade e, conseqüentemente, a exclusão da ilicitude da conduta.
- c) Sim, em razão da atuação em situação de legítima defesa e, conseqüentemente, a exclusão da ilicitude da conduta.
- d) Sim, pois não foi praticado crime de exercício ilegal da medicina, tendo em vista que os fatos foram praticados a título gratuito.

QUESTÃO 59

Bruno, em 31 de dezembro de 2021, com a intenção de causar dano à loja de Bartolomeu, seu inimigo, arremessou uma pedra na direção de uma janela com mosaico, que tinha valor significativo de mercado. Ocorre que, no momento da execução do crime, Bruno errou o arremesso e a pedra acabou por atingir Jurema, funcionária que passava em frente à loja e que não tinha sido percebida, causando-lhe lesões corporais que a impossibilitaram de trabalhar por 60 dias. A janela ficou intacta. O Ministério Público iniciou procedimento em face de Bruno imputando-lhe o crime de lesão corporal de natureza culposa, figurando como vítima Jurema. Bartolomeu, revoltado com o ocorrido, contratou um advogado, que apresentou queixa-crime, imputando a Bruno a prática do crime de tentativa de dano. Bruno, então, procura você, na qualidade de advogado(a), para questionar se o delito imputado na queixa-crime está correto?

- a) Sim, pois a intenção de Bruno era causar um dano à loja de Bartolomeu, tendo o agente iniciado a execução desse ato, o que configuraria crime de tentativa de dano.
- b) Não, em razão da aplicação do instituto do “resultado diverso do pretendido” ou aberratio criminis, o que afasta o crime de dano inicialmente pretendido.
- c) Sim, pois a intenção de Bruno era causar um dano à loja de Bartolomeu, o que não aconteceu por circunstâncias alheias a sua vontade, havendo, no caso apresentado acima, concurso formal entre o dano e a lesão.
- d) Não, em razão da aplicação do instituto do “erro na execução” ou aberratio ictus, o que afasta o crime de dano inicialmente pretendido.

QUESTÃO 60

Bianca e seu marido João, no dia 28/12/2021, enquanto celebravam o aniversário de casamento em um restaurante, iniciaram uma discussão, por João entender que a esposa não lhe dava o devido carinho, nem atenção. Durante a discussão, João desferiu um soco no rosto de Bianca, causando-lhe lesão corporal de natureza leve. Testemunhas presenciais do fato chamaram a Polícia, sendo João preso em flagrante, mas posteriormente liberado pelo magistrado, em sede de audiência de custódia. O Ministério Público ofereceu denúncia imputando a João a prática do crime do Art. 129, §9º, do Código Penal, havendo habilitação imediata de Bianca, por meio de seu advogado, como assistente de acusação, já que ela não aceitou ter sido agredida pelo então marido.

O magistrado em atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não recebeu a denúncia, afirmando a inexistência de fato culpável, escorado em laudo apresentado pela defesa indicando que, no momento dos fatos, em razão da paixão, João era inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com seu entendimento. Insatisfeita com o teor da decisão, Bianca procura você, como advogado(a), para questionar o conteúdo da decisão judicial. Diante do caso hipotético apresentado, responda a alternativa correta.

- a) A decisão do magistrado está equivocada, tendo em vista que a paixão não exclui a culpabilidade.
- b) O magistrado está correto, pois apesar de praticado fato típico e ilícito, não haveria culpabilidade em razão da inimputabilidade momentânea do agente.
- c) João é penalmente inimputável pois praticou o crime sob domínio de emoção e paixão.
- d) O magistrado está errado, pois ao agir sob efeito da paixão, João deveria ter a sua pena reduzida de um a dois terços.

QUESTÃO 61

Telma conduzia seu veículo automotor quando sofreu uma colisão na traseira de seu automóvel causada por Luiz, que conduzia seu automóvel a 150km/h, apesar de a velocidade máxima permitida, na via pública em que estavam, ser de 60km/h. A perícia realizada no local indicou que o acidente foi causado pela violação do dever de cuidado de Luiz, que, em razão da alta velocidade imprimida, não conseguiu frear a tempo de evitar a colisão. Telma realizou exame de corpo de delito que constatou a existência de lesão corporal de natureza leve. Luiz, por sua vez, fugiu do local do acidente sem prestar auxílio. O Ministério Público, ao tomar conhecimento dos fatos e não havendo composição dos danos civis, ofereceu proposta de transação penal em favor de Luiz, destacando que o crime de lesão corporal culposa, previsto no Art. 303, § 1º, da Lei nº 9.503/97, admitia o benefício e que a Folha de Antecedentes Criminais do autor do fato apenas indicava a existência de uma outra anotação referente à infração em que Luiz foi beneficiado também por transação penal, mas o benefício foi oferecido e extinto há mais de 08 anos. Telma ficou insatisfeita com a proposta do Ministério Público e procurou você, como advogado(a), para questionar o oferecimento de transação penal ao autor do fato. Diante do caso hipotético apresentado, responda a alternativa correta.

- a) Não haveria impedimento para a proposta de transação penal, pois o autor do fato é, tecnicamente, primário e o benefício da transação penal anterior foi oferecido, cumprido e extinto há mais de 05 anos.
- b) Haveria impedimento para a proposta de transação penal, pois o CTB não permite que seja aplicado este instituto aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa.
- c) A possibilidade de oferecimento de proposta de transação penal deve ser afastada, pois o CTB prevê que não será aplicável o instituto despenalizador da transação penal quando o crime for praticado por agente que esteja transitando em velocidade acima da máxima permitida para a via em 50 km/h.
- d) Haveria impedimento para a proposta de transação penal, pois a pena máxima prevista para o delito supera 02 anos.

QUESTÃO 62

Bruna, de vinte e quatro anos de idade, processada e julgada pela prática do crime de latrocínio, foi absolvida ao final do julgamento, por ter sido considerada inimputável, apesar de sua periculosidade. Nessa situação, mesmo tendo Bruna sido absolvida, o juiz lhe impôs medida de segurança. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a opção que apresenta medidas de segurança passíveis de aplicação no ordenamento penal brasileiro.

- a) tratamento ambulatorial e internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico
- b) tratamento psiquiátrico e prestação de serviços a comunidade
- c) internação em hospital público e frequência a curso educativo
- d) tratamento ambulatorial e frequência a curso educativo

QUESTÃO 63

Juarez, que possuía 21 anos de idade, cometeu o crime de furto simples em 28 de julho de 2012. A denúncia foi oferecida em 20 de julho de 2016 e recebida em 28 de julho de 2016. Após a instrução, em sentença condenatória publicada em 28 de julho de 2018, Juarez foi condenado a uma pena de dois anos de reclusão. O Ministério Público não recorreu, enquanto que a Defensoria Pública interpôs recurso de apelação, e, em acórdão publicado em 28 de julho de 2021, Juarez teve a pena reduzida para um ano de reclusão. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) em razão da pena final concretizada, houve prescrição retroativa entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença, pois deve ser aplicada a causa de redução da prescrição (art. 115 do CP).
- b) em razão da pena efetivamente aplicada, houve a ocorrência da prescrição superveniente, pois entre a data de publicação da sentença e o julgamento do acórdão houve o transcurso de três anos.
- c) com base na pena final concretizada, deve ser reconhecida a prescrição retroativa, ocorrida entre a data do fato e o recebimento da denúncia.
- d) seja em razão da pena em abstrato, seja pela pena em concreto, não houve a ocorrência de prescrição em nenhuma hipótese.

QUESTÃO 64

64) Ronaldo está sendo processado por homicídio, tendo em vista ter disparado um único tiro que acabou atingindo o coração da vítima. No interrogatório do acusado, o mesmo acaba confessando que, de fato, praticou o ato, porém agiu em legítima defesa. Nesse caso, de acordo com a doutrina de direito processual penal, a confissão de Ronaldo está classificada como uma das espécies de confissão denominada:

- a) confissão complexa.
- b) confissão qualificada.
- c) confissão espontânea.
- d) confissão declaratória.

QUESTÃO 65

Ao ser preso, Tadeu foi levado para a audiência de custódia, sendo apresentado ao magistrado que estava de plantão, o qual, ao analisar o caso à luz da legislação processual penal, decidiu por decretar uma das medidas cautelares diversas da prisão.

Assim, assinale a alternativa que apresenta umas das possíveis medidas decretadas pelo juiz.

- a) Monitoração eletrônica.
- b) Prestação de serviço às entidades públicas.
- c) Limitação de fim de semana.
- d) Prestação pecuniária.

QUESTÃO 66

As exceções no processo penal dizem respeito à defesa indireta, ou seja, aquela que não se refere ao mérito do pedido. Podem ter por finalidade prolongar o curso do processo (exceção dilatória), ou mesmo extingui-lo (exceção peremptória). No entanto, nem todas as defesas indiretas se incluem nas exceções admitidas no âmbito do processo penal, como exemplo, pode se citar:

- a) a coisa julgada.
- b) a incompetência do juízo.
- c) a ilegitimidade da parte.
- d) a extinção da punibilidade.

QUESTÃO 67

Miguel, servidor público da Câmara Legislativa do Estado "X", foi vítima de crime de injúria em razão de suas funções. Nesse caso, para a propositura da ação penal cabível, é correto afirmar que tem legitimidade concorrente com o ofendido:

- a) o Governador do Estado.
- b) o Ministério Público.
- c) a Câmara Legislativa.
- d) qualquer um dos Deputados Estaduais.

QUESTÃO 68

Bruna, vítima do crime de estupro, desejou se habilitar na ação penal, por meio de seu advogado, como assistente de acusação. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Penal, ao assistente será permitida a prática de determinados atos, os quais estão listados alguns abaixo, à exceção de um, assinale-o.

- a) Requerer perguntas às testemunhas.
- b) Aditar a denúncia ofertada pelo Ministério Público.
- c) Participar do debate oral.
- d) Aditar os articulados.

QUESTÃO 69

Um assessor vinculado a um determinado promotor de justiça recebeu um telefonema da 10ª Vara Criminal da Comarca "Y", sendo informado de que, por determinação do juiz atuante naquela Vara, o membro do Parquet estava sendo intimado para apresentar alegações finais no processo 123, cujos autos estavam à sua disposição em cartório.

Sobre a situação descrita, considerando a disciplina acerca das intimações no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) A intimação da forma como foi realizada está incorreta, pois a intimação telefônica deveria ter sido realizada diretamente ao promotor de justiça e não ao seu assessor.
- b) A intimação da forma como foi realizada está correta, pois compete ao magistrado definir a forma de intimação dos sujeitos da relação processual.
- c) A intimação da forma como foi realizada está incorreta, pois a intimação do promotor deveria ter sido pessoal e com a remessa dos autos.
- d) A intimação da forma como foi realizada está correta, mas desde que fique assegurado o acesso amplo e irrestrito aos autos em cartório.

QUESTÃO 70

Uma sociedade empresária do ramo de informática, visando à redução de custos, decidiu colocar metade de seus funcionários em teletrabalho, com possibilidade de revogação, caso não desse certo.

Sobre o regime de teletrabalho, com base na legislação trabalhista em vigor, assinale a afirmativa correta.

- a) Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido o prazo de transição mínimo de 15 dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
- b) Os materiais fornecidos pelo empregador para a realização do teletrabalho representam utilidades e integram a remuneração do empregado.
- c) A jornada do empregado em teletrabalho que exceder o limite constitucional será paga como hora extra.
- d) A empresa pode implementar, por vontade própria, o teletrabalho, sendo desnecessária a concordância expressa do empregado, já que seria mais vantajoso para ele.

QUESTÃO 71

Vandeir pretende se aposentar e, para tal fim, dirigiu-se ao órgão previdenciário. Lá ficou sabendo que o seu tempo de contribuição ainda não era suficiente para a aposentadoria, necessitando computar, ainda, 18 meses de contribuição. Ocorre que Vandeir, 25 anos antes, trabalhou por dois anos como empregado para uma empresa, mas não teve a CTPS assinada. De acordo com a CLT, sobre uma eventual reclamação trabalhista, na qual Vandeir viesse a postular a declaração de vínculo empregatício para conquistar a aposentadoria, assinale a afirmativa correta.

- a) Se a empresa arguir a prescrição a seu favor, ela será conhecida pelo juiz, já que ultrapassado o prazo de 2 anos para ajuizamento da ação.
- b) Não há o instituto da prescrição na seara trabalhista porque prevalece o princípio da proteção ao empregado.
- c) O prazo, na hipótese, seria de 5 anos e já foi ultrapassado, de modo que a pretensão estaria fulminada pela prescrição total.
- d) Não haverá prescrição, pois a demanda tem por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.

QUESTÃO 72

Com relação ao Direito Coletivo do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) Acordo coletivo do trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.
- b) Na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.
- c) As centrais sindicais, por força de lei, podem celebrar acordos e convenções coletivos de trabalho.
- d) O recolhimento da contribuição sindical obrigatória (imposto sindical) somente é exigido dos empregados sindicalizados, em face do princípio da liberdade sindical.

QUESTÃO 73

Manoel é empregado da empresa Info Ltda e trabalha em regime de teletrabalho. A empresa custeou todos os equipamentos necessários para montagem do home office na residência de Manoel. Em determinado dia de trabalho, quando desempenhava suas atividades normalmente, a cadeira em que Manoel estava sentado quebrou e, devido à queda de mal jeito, machucou-se gravemente. De acordo com o caso narrado:

- a) Não há que se cogitar a ocorrência de acidente de trabalho, tendo em vista que Manoel trabalha em regime de teletrabalho, estando, portanto, longe das vistas do empregador.
- b) Ocorreu acidente do trabalho, sendo irrelevante se o trabalho é prestado na residência do empregado.
- c) O evento jamais poderá ser considerado acidente de trabalho, uma vez que uma simples queda da cadeira não possui nexos de causalidade com a relação de trabalho.
- d) Não ocorreu acidente de trabalho, pois o acidente não ocorreu nas dependências da empresa, condição necessária para caracterização deste.

QUESTÃO 74

Uma indústria de chocolates constatou que precisava de mais trabalhadores para produzir ovos de Páscoa e, em razão disso, contratou vários trabalhadores temporários, pelo prazo de 30 dias, por meio de uma empresa de trabalho temporário. Maria era uma dessas trabalhadoras temporárias. Ocorre que a empresa contratada (a empresa de trabalho temporário) teve a falência decretada pela Justiça e não pagou nada a esses trabalhadores temporários.

Maria procura você, como advogado (a), para saber se a indústria de chocolates, tomadora do serviço, teria alguma responsabilidade.

Sobre a hipótese, de acordo com a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) A indústria de chocolates contratante terá responsabilidade solidária.
- b) Não haverá qualquer tipo de responsabilidade da contratante, porque a terceirização foi lícita.
- c) A então contratante se tornará empregadora dos trabalhadores temporários em razão da falência da empresa contratada.
- d) A indústria de chocolates contratante terá responsabilidade subsidiária se isso estiver previsto no contrato que entabulou com a empresa prestadora dos serviços.

QUESTÃO 75

João e Maria são casados e trabalham na mesma empresa, localizada em Fortaleza/CE. Maria ocupa cargo de confiança e, por absoluta necessidade do serviço, será transferida para Porto Alegre/RS, lá devendo fixar residência, em razão da distância.

Diante da situação retratada e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

- a) A transferência não poderá ser realizada, porque o núcleo familiar seria desfeito, daí ser vedada por Lei.
- b) A transferência poderá ser realizada, mas, como o casal ficará separado, isso deverá durar, no máximo, 1 ano.
- c) João terá direito, pela CLT, a ser transferido para o mesmo local da esposa e, com isso, manter a família unida.
- d) Não há óbice para a transferência, que poderá ser realizada sem que haja obrigação de a empresa transferir João.

QUESTÃO 76

Acerca da competência da Justiça do Trabalho no que toca à execução das contribuições previdenciárias, assinale a alternativa correta com base no entendimento sumulado do TST.

- a) A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.
- b) A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, não possui qualquer limitação.
- c) A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir.
- d) A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.

QUESTÃO 77

Fabiana deseja ajuizar uma reclamação trabalhista contra a empresa SJL Ltda. requerendo o pagamento de horas extras, adicional de insalubridade, bem como outras indenizações. O valor da causa atribuído corresponde a 50 (cinquenta) salários-mínimos vigentes na data do ajuizamento da reclamação. A partir destas informações, assinale a alternativa correta com relação ao procedimento da ação e a quantidade de testemunhas que Fabiana poderá arrolar.

- a) O procedimento será ordinário, podendo arrolar até três testemunhas.
- b) O procedimento será sumaríssimo, podendo arrolar até três testemunhas.
- c) O procedimento será ordinário, podendo arrolar até duas testemunhas.
- d) O procedimento será sumaríssimo, podendo arrolar até duas testemunhas.

QUESTÃO 78

Olavo ingressou com reclamação trabalhista em face do seu ex-empregador, pleiteando diferenças de verbas rescisórias e danos morais. Quando da prolação da sentença, o advogado de Olavo verificou que a ação havia sido julgada procedente, sendo deferido o pedido de diferenças das verbas rescisórias, mas omitiu o pedido de danos morais. Diante do caso narrado, assinale a opção que corresponde à medida judicial cabível.

- a) Recurso Ordinário, no prazo de 8 dias úteis, contados da publicação da sentença.
- b) Embargos de Declaração, no prazo de 8 dias úteis, contados da publicação da sentença;
- c) Agravo de Instrumento, no prazo de 10 dias úteis, contados do dia útil subsequente à publicação da sentença.
- d) Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias úteis, contados do dia útil subsequente à publicação da sentença.

QUESTÃO 79

Arlete ajuizou reclamação trabalhista em face do seu ex-empregador Alex, microempreendedor individual. Durante todo o processo, ambos estavam em exercício do jus postulandi. Após a prolação da sentença e trânsito em julgado da decisão, a execução terá início:

- a) Por iniciativa das partes, apenas.
- b) Por iniciativa das partes ou de ofício.
- c) De ofício, exclusivamente.
- d) Apenas por advogado, devendo as partes serem intimadas para constituírem procurador.

QUESTÃO 80

Rael ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa Entregas Já Ltda., e da tomadora dos serviços, empresa C&D Distribuidora Ltda. Na data designada para a realização da audiência comparecem o reclamante e a segunda reclamada, devidamente representada por preposto que não é seu empregado, apresentando no ato sua defesa. Nesse caso,

- a) A audiência será redesignada para outra data, tendo em vista a ausência da primeira reclamada, que foi a empregadora do reclamante.
- b) A primeira reclamada, embora revel, não será considerada confessa quanto à matéria de fato, tendo em vista que a segunda reclamada contestou a ação e, em relação à segunda reclamada, o fato de o preposto não ser empregado não gerará revelia nem confissão.
- c) Deverá ser decretada a revelia da primeira reclamada, que será considerada confessa quanto à matéria de fato.
- d) A primeira reclamada será considerada revel, e a segunda, embora não seja revel, será considerada confessa quanto à matéria de fato em razão de estar representada por preposto não empregado.